

**Proen**

Pró-Reitoria  
de Ensino



**INSTITUTO FEDERAL**  
Amapá

---

## **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2024 - PROEN/GAB/RE/IFAP**

Dispõe sobre orientações para a readequação das atividades de Ensino do ano letivo de 2024 para os Cursos Técnicos e de Graduação do IFAP

**2024**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá tem como:

### **Missão**

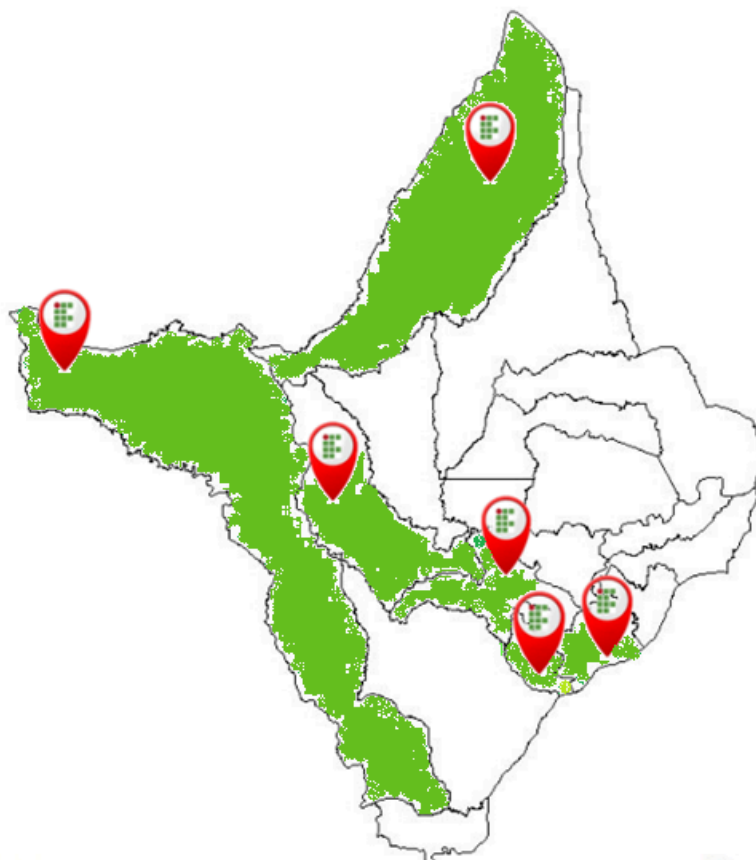
*“Transformar vidas por meio da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, garantindo a formação integral e verticalizada”*

### **Visão**

*“Ser referência na promoção da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pública, gratuita, sustentável e de qualidade na região amazônica”*

### **Valores**

*“Excelência acadêmica; Inclusão e diversidade; Transparência e gestão democrática;  
Eficiência governamental; Integridade e ética; Desenvolvimento sustentável;  
Responsabilidade social; Cultura organizacional e clima organizacional;  
Conservação da biodiversidade”*



## INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2024 - PROEN/GAB/RE/IFAP

*Dispõe sobre orientações para a readequação das atividades de Ensino do ano letivo de 2024 para os Cursos Técnicos e de Graduação do IFAP.*

A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

- I. A Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- II. As Orientações do Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE) para adequação dos calendários acadêmicos de 2024 e reposição das atividades de ensino na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- III. A Resolução nº 108/2022 - CONSUP/RE/IFAP, que aprova a Regulamentação das Atividades Docentes no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP;
- IV. A Instrução Normativa nº 3/2023 - PROEN/GAB/RE/IFAP, que estabelece as diretrizes para a elaboração do calendário acadêmico unificado e calendários acadêmicos das unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Amapá – IFAP para o ano de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer orientações para a readequação das atividades de Ensino do ano letivo de 2024 para os Cursos Técnicos e de Graduação do IFAP, após o período da greve de 2024.

### **DA READEQUAÇÃO DOS CALENDÁRIOS ACADÊMICOS DE 2024**

Art. 2º Os Calendários Acadêmicos dos Cursos Técnicos e dos Cursos de Graduação dos *campi* deverão ser readequados observando a Lei nº 9394/96, que trata das diretrizes e bases da educação nacional, e a Instrução Normativa nº 3/2023 - PROEN/GAB/RE/IFAP, que estabelece as diretrizes para a elaboração do calendário acadêmico unificado e calendários acadêmicos das unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Amapá – IFAP para o ano de 2024.

Art. 3º A condução dos trabalhos de readequação dos calendários será realizada por uma comissão central, composta por membros representantes de todos os *campi* e presidida por servidor da Pró-Reitoria de Ensino.

Art. 4º Os *campi* deverão designar comissões locais, por intermédio de portaria, para a readequação dos calendários.

Art. 5º A Pró-Reitoria de Ensino solicitará a reabertura dos Processos de Elaboração dos

Calendários de 2024 e encaminhará aos *campi* para que sejam realizadas as devidas instruções.

Art. 6º A readequação dos calendários deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do término da greve, incluindo-se todos os trâmites necessários do processo até a aprovação no Conselho Superior (CONSUP).

Art. 7º É obrigatória a garantia do cumprimento legal e irrestrito dos 200 (duzentos) dias letivos anuais, distribuídos com equidade entre o 1º e 2º semestres letivos – excluindo-se o tempo reservado aos exames finais e atividades de recuperação, conforme previsto na LDB Nº 9394/96, artigo 24 - inciso I e artigo 47.

Art. 8º Para fins de contabilização de dias letivos, consideram-se os dias de efetivo trabalho escolar realizados até à suspensão do calendário acadêmico, somados às novas datas letivas previstas no calendário readequado.

Art. 9º Na elaboração dos calendários acadêmicos deve-se respeitar os tempos e espaços pedagógicos escolares, evitando a sobrecarga horária diária, semanal e mensal para estudantes e servidores.

Art. 10 É obrigatório que seja estabelecido período para acolhimento e orientações da comunidade acadêmica antes ou logo após a retomada das atividades.

Art. 11 É obrigatório o cumprimento total da carga horária de cada componente curricular e das ementas previstas nos Planos de Cursos e Projetos Pedagógicos de Cursos, na mesma modalidade de oferta, garantindo assim o efetivo trabalho escolar a que todos os(as) estudantes do IFAP fazem jus.

Art. 12 Devem ser garantidos dias minimamente suficientes para que todos os docentes possam concluir as cargas horárias dos componentes curriculares e manter a qualidade do ensino e da isonomia no atendimento a todos os estudantes.

Art. 13 A reposição dos dias letivos será garantida no calendário acadêmico readequado, sendo necessária a utilização dos sábados.

Art. 14 Os 200 (duzentos) dias letivos é o mínimo a ser oferecido, porém, caso seja identificada a necessidade de extensão de dias letivos a fim de cumprimento de atividades de ensino (carga horária dos componentes, finalização de projetos de ensino, apresentação de trabalho de conclusão de curso e outros), o *campus* poderá contemplar, na reorganização do calendário acadêmico, mais dias letivos, observando a data limite estabelecida pela comissão central de elaboração do calendário acadêmico.

Art. 15 A Pró-Reitoria de Ensino, em conjunto com a comissão central nomeada para elaboração do calendário acadêmico, definirá a data limite para a finalização unificada do calendário acadêmico de 2024, objetivando a conclusão do calendário acadêmico de 2025 de acordo com o ano civil.

Art. 16 A readequação do calendário acadêmico poderá impactar na redefinição do período de férias escolares e por consequência nas férias coletivas docentes.

Art. 17 O segundo semestre letivo de 2024 deverá iniciar e finalizar sem interrupção por meio das férias docentes coletivas de início de ano.

Art. 18 Após a conclusão do segundo semestre letivo de 2024 e o período de férias coletivas dos docentes, o ano letivo de 2025 deverá ser iniciado, conforme calendário acadêmico.

### **DA READEQUAÇÃO DOS HORÁRIOS DE AULAS, DAS REPOSIÇÕES, DA MINISTRAÇÃO DO CONTEÚDO E DO CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA**

Art. 19 É de responsabilidade da gestão de ensino do *campus* a gerência e acompanhamento da reorganização dos horários de aulas e dos cronogramas de reposições, dos conteúdos ministrados, cumprimento da carga horária e do desenvolvimento das atividades conforme o planejamento pedagógico.

Art. 20 Com o objetivo de garantir o diálogo família/escola, os *campi* deverão realizar reuniões com os pais e/ou responsáveis dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, com o objetivo de apresentar o planejamento para as atividades propostas após a readequação dos calendários acadêmicos, explicando como serão realizadas as reposições das aulas que não foram ministradas durante a greve.

Art. 21 Todas as aulas devem ser ministradas de acordo com a modalidade do curso.

Art. 22 As aulas, avaliações e recuperações parciais e finais presenciais não podem e não poderão ser realizadas de forma remota.

Art. 23 A reposição das aulas presenciais não ministradas durante o período de greve dos docentes deverão ser realizadas de forma presencial.

Art. 24 Nas aulas ministradas, deve-se priorizar as atividades previstas no planejamento apresentado pelo docente no início do ano letivo, contudo, se necessário, os Planos de Ensino dos docentes podem ser refeitos e readequados em virtude do contexto pós greve, com especial atenção às possíveis necessidades de recuperação de conteúdos e reorganização no processo de avaliação da aprendizagem.

Art. 25 Devem ser garantidas as reposições das cargas horárias dos componentes curriculares, dos conteúdos programáticos e das avaliações e demais atividades acadêmicas não realizadas em função da greve.

Art. 26 Devem ser garantidos horários suficientes para o cumprimento de todo conteúdo e da carga horária do componente curricular dentro do semestre/ano letivo, conforme o caso.

Art. 27 Sempre que alterado, o horário de aulas deverá ser amplamente divulgado aos estudantes, docentes e setores de ensino, com atenção aos estudantes com necessidades educacionais específicas, devendo os seus responsáveis serem comunicados com antecedência.

Art. 28 Para as turmas que tenham estudantes atendidos pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) a gestão de ensino do *campus* deverá garantir, no mínimo, um contraturno por semana para o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Art. 29 Deverão ser definidas estratégias específicas para os estudantes concluintes, tendo em vista a continuidade dos estudos e/ou inserção no mundo do trabalho, em consonância com as realidades locais.

Art. 30 Considerando a previsão do período de inscrições do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2025 (22 a 25 de janeiro), as unidades deverão promover estratégias para que os estudantes dos terceiros anos concluam as atividades letivas, impreterivelmente, até o dia 10 de janeiro de 2025.

Art. 31 Durante o período de reposição das aulas devem ser garantidas as demandas de assistência estudantil.

## **DAS INFORMAÇÕES UNIFICADAS DO CALENDÁRIO ACADÊMICO DAS UNIDADES**

Art. 32 O calendário acadêmico de cada nível de ensino deverá contemplar as seguintes informações, no que se aplicar a cada nível:

- I - data para a retomada do ano letivo;
- II - data limite para o término do ano letivo;
- III - eventos institucionais da Pró-reitoria de Ensino e Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação;
- IV - feriados e datas comemorativas nacionais, estaduais e municipais;
- V - total de dias letivos mensais, semestrais (cursos semestrais/modulares) ou anuais (cursos integrados);
- VI - cronograma básico dos processos seletivos institucionais;

- VII - períodos para a matrícula de alunos em 1ª chamada;
- VIII - períodos para matrícula de alunos em 2ª chamada;
- IX - períodos para a realização de Encontros Pedagógicos, para estudo e planejamento;
- X - prazos para entrega, aprovação e homologação dos Planos de Individual de Trabalho — PIT pelo Corpo Docente;
- XI - prazos para a entrega do Relatório Individual de Trabalho - RIT;
- XII - período da entrega à Coordenação Pedagógica do Plano de Ensino e Plano de Aula
- XIII - períodos de renovação de matrículas;
- XIV- datas das reunião de pais e responsáveis para os cursos técnicos, em tempo integral;
- XV - período de avaliações finais e recuperações paralelas;
- XVI - datas das reuniões dos Conselhos de Classe Didático-Pedagógico;
- XVII - prazo para entrega dos resultados, diários de classe, à Seção de Gerenciamento dos Registros Acadêmicos e Escolares das Unidades (SERESC);
- XVIII - datas dos plantões pedagógicos;
- XIV - indicações de sábados letivos;
- XV - períodos de recebimento de pedidos de transferência e aproveitamento de estudos (cursos superiores);
- XVI - períodos para solicitação de trancamento de matrícula;
- XVII - período de colação de grau (cursos superiores);
- XVIII - período para planejamento e distribuição da carga horária docente;
- XIX - período para solicitação de matrícula em dependência para os cursos superiores.

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 33 Os casos omissos nesta instrução normativa serão analisados e dirimidos pela Diretoria de Ensino da Pró-Reitoria de Ensino, por meio do e-mail [diren.proen@ifap.edu.br](mailto:diren.proen@ifap.edu.br).

Art. 34 Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Macapá - AP, 01 de julho de 2024.

Diretoria de Ensino da Proen  
Pró-Reitoria de Ensino do Ifap

ANEXO I - Orientações do Fórum de Dirigentes de Ensino - FDE para adequação dos calendários acadêmicos de 2024 e reposição das atividades de ensino na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



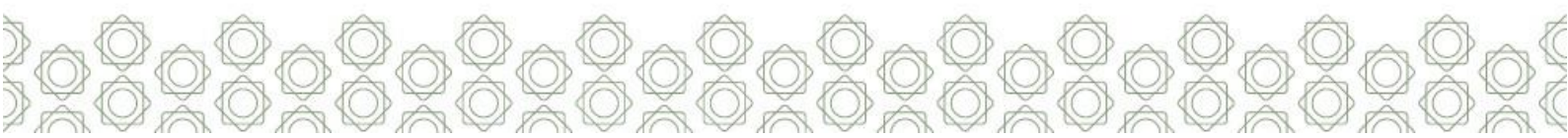


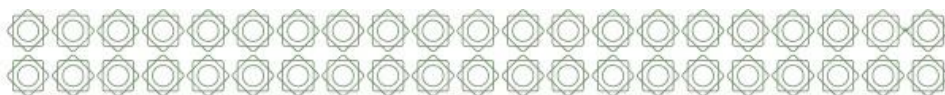
## FÓRUM DE DIRIGENTES DE ENSINO - FDE

### **Orientações do FDE para adequação dos calendários acadêmicos de 2024 e reposição das atividades de ensino na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**

1. Considerando o processo de retomada das atividades de ensino e a adequação dos calendários acadêmicos, a partir da assinatura do termo de acordo de greve, o Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE/Conif) apresenta princípios e orientações para a reposição das atividades de ensino na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).
2. O planejamento, a organização e a execução da reposição das atividades de ensino devem ocorrer considerando os seguintes princípios:
  - I. Garantia do direito dos estudantes à educação pública de qualidade;
  - II. Respeito aos tempos e espaços pedagógicos escolares, evitando a sobrecarga horária diária, semanal e mensal para estudantes e servidores;
  - III. Garantia do pleno direito dos estudantes que demandem atendimento educacional especializado durante o período de reposição;
  - IV. Observância das demandas de assistência estudantil durante o período de reposição.
3. Deve ser garantido o cumprimento integral dos 200 (duzentos) dias letivos aos estudantes da Educação Básica e do Ensino Superior de Graduação. As prerrogativas legais garantem a esses estudantes a oferta e o devido cumprimento, pelas instituições de ensino, dos referidos dias letivos e das cargas horárias previstas nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), conforme a [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional](#) (LDB - Lei nº 9.394/96), onde se lê:

*Art. 12, inciso III: os estabelecimentos de ensino terão a incubência de "assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas".*





*Art. 13, inciso V: os docentes deverão "ministrar os dias letivos e horas-aulas estabelecidos."*

*[...]*

*Art. 24, "A educação básica, nos níveis fundamental e médio [...], inciso I: "a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver."*

*[...]*

*Art. 47. "Na educação superior, o ano letivo regular, independentemente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver."*

4. Para minimizar as diferenças entre o ano civil e o ano letivo, é necessário utilizar dias normalmente não ocupados com o efetivo trabalho escolar, conforme o [Parecer CNE/CEB nº 01/2002](#). Recomenda-se privilegiar atividades diversificadas e integradas.

5. Em conformidade com o [Parecer CNE/CEB nº 15/2007](#), os dias letivos devem ser contabilizados, exclusivamente, quando houver efetivo trabalho escolar com a(s) turma(s):

*"O efetivo trabalho escolar pode e deve ser desenvolvido em sala de aula, mas as atividades escolares podem ser realizadas em outros locais adequados a trabalhos teóricos e práticos, a leituras, pesquisas ou atividades em grupo, treinamento e demonstrações, contato com o meio ambiente e com as demais atividades humanas de natureza cultural e artística, visando à plenitude da formação de cada aluno. A atividade escolar, portanto, também se caracterizará por toda e qualquer programação incluída no projeto político pedagógico da escola, sempre com frequência exigível e efetiva orientação, presença e participação de professores habilitados (ver parecer [CNE/CEB nº 05/1997](#))."*





6. A reposição das aulas deverá ser realizada na mesma modalidade de ensino prevista no Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Compreende-se que o ensino remoto emergencial foi uma medida excepcional utilizada durante a pandemia do Covid-19, estabelecida por Portarias do Ministério da Educação (MEC) e Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), em especial a [Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020](#). Esses normativos não são aplicáveis para a reposição de aulas em função de movimento paredista.

7. É recomendado que os períodos de férias escolares ocorram nos intervalos entre os períodos letivos, garantindo a continuidade do processo de ensino e aprendizagem, bem como o intervalo necessário para o planejamento e a organização das atividades de gestão e registro escolar.

8. Poderão ser definidas estratégias específicas para os estudantes concluintes, tendo em vista a continuidade dos estudos e/ou inserção no mundo do trabalho, em consonância com as realidades locais, resguardadas as previsões legais e observadas as diretrizes internas. Recomenda-se que as proposições sejam feitas em conjunto e comum acordo com estudantes, servidores e demais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

9. Enfatiza-se a importância da comunicação com a comunidade acadêmica e a sociedade em geral sobre o processo de reorganização do calendário acadêmico, em conformidade com o princípio da gestão democrática na escola.

Brasília, 28 de junho de 2024.

